



# a Voz do Operário

INFORMAÇÃO **140** ANOS  
com CLASSE

Fundado em 11 de outubro de 1879 pelos operários manipuladores do tabaco  
ANO 141 NÚMERO 3075 MENSÁRIO PREÇO €0,50 PORTE PAGO CABO RUIVO - TAXA PAGA  
FEVEREIRO 2019 DIRETOR DOMINGOS LOBO JORNAL REGIONAL DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA



ENTREVISTA

## José Manuel Jara

É uma das vozes mais respeitadas quando se trata de abordar a questão da saúde mental. Foi diretor de serviço no Hospital Júlio de Matos e é um dos fundadores da Associação de Apoio aos Doentes Depressivos e Bipolares. Escreveu vários livros e pertence ao Conselho de Ética da Ordem dos Médicos. **págs. 8 e 9**



INTERNACIONAL

## Médio Oriente, na mira do império

Não há nada mais parecido com um barril de pólvora do que o Médio Oriente. Sob milhões de vidas que gostariam tão somente de poder viver em paz, jazem riquezas naturais que despertam desde sempre

a gula dos Estados Unidos e das principais potências da União Europeia. O imperialismo impõe a recolonização de uma região semeando cada país de bombas e metralha. **págs. 6 e 7**



## Aeroporto de Lisboa em debate

A discussão sobre qual a solução a adoptar para resolver o problema do esgotamento da capacidade física de expansão do Aeroporto de Lisboa, devido às limitações legais físicas e ambientais, levou o governo a apresentar uma solução que populações e organizações defendem ser uma imposição da VINCI. É um debate que vai ter lugar também n'A Voz do Operário. **pág. 10**



## Protestos contra insulto dos 0,3%

Centenas de serviços públicos e instituições fecharam devido à greve dos trabalhadores de diversos setores, que estão em protesto contra "propostas insultuosas do governo" como o aumento salarial de 0,3%, lembrou a Frente Comum. As ruas de Lisboa encheram-se com um rio de gente que desembocou em frente à residência oficial do primeiro-ministro para contestar o Orçamento. **pág. 13**



## A VOZ DO OPERÁRIO Cabeleireiro: a arte das tesouras

São muitas as valências de uma instituição que cumpre 137 anos de história. Sérgio Paixão corta o cabelo n'A Voz do Operário a gente de todas as idades há mais de cinco anos, um serviço com papel social. **pág. 3**



## Há 75 anos, a libertação de Auschwitz

Foi a 27 de janeiro que soldados do Exército Vermelho abriram os portões de Auschwitz, na Polónia, depois de fazerem recuar a máquina de guerra nazi num avanço que só acabaria em Berlim com a rendição incondicional dos homens de Adolf Hitler. Neste campo de extermínio, mais de 1 milhão de pessoas foram objeto de assassinatos de proporções inimagináveis com métodos bárbaros. **pág. 14**

## Comemoração do 137º aniversário

**Manuel Figueiredo,**  
Presidente da Direção

A Sociedade de Instrução e Beneficência A Voz do Operário está mais uma vez de parabéns, comemora este mês 137 anos de uma vida plena de êxito no cumprimento do desígnio dos seus fundadores, de defesa dos direitos dos trabalhadores, pugnando pela sua dignificação e elevação cultural.

Apesar de a história da fundação da nossa Instituição ser sobejamente conhecida da grande maioria dos sócios, nunca é demais salientar que foi em 13 de Fevereiro de 1883, que um grupo de operários tabaqueiros fundou A Voz do Operário, estabelecendo ser objeto da Sociedade sustentar a publicação do seu jornal, que já existia há mais de três anos, mas em que era necessário constituir uma organização de suporte e criar as condições para que a maioria dos operários o soubessem ler, para que assim melhor pudesse atingir os seus objetivos, constituindo-se num poderoso meio de divulgação da causa operária, pelo que, paralelamente havia que “estabelecer escolas, gabinetes de leitura e tudo quanto possa concorrer para a instrução e bem-estar da classe trabalhadora em geral e dos sócios em particular”.

Nascida em consequência da luta dos operários tabaqueiros contra a grande exploração a que estavam sujeitos, A Voz do Operário tem uma história repleta de sucessos, não só em prol da educação, como no apoio social, na cultura e no desporto, em que, desde os seus fundadores, muitas gerações de dirigentes, sócios e amigos, sempre colocaram a Voz do Operário na linha avançada da defesa dos direitos dos trabalhadores.

Integrada na comemoração do aniversário, é tradição proceder à homenagem a uma personalidade ou entidade de mérito reconhecido, designadamente nas na área da Cultura, do Desporto ou da Política.

Todavia, este ano a Direção decidiu proceder de modo diferente, uma vez que paralelamente à celebração 137º aniversário da Instituição, prosseguem as comemorações do 140º aniversário do nosso jornal “A Voz do Operário”, fazendo assim todo o sentido que estas comemorações se interliguem, dando especial relevo ao nosso Jornal, elemento determinante para o surgimento da Sociedade A Voz do Operário.

Deste modo, vamos organizar a tradicional sessão solene e jantar no próximo dia 29 de Fevereiro, pelas 19,30 horas, na sede, que contará igualmente com um pequeno apontamento musical, com a participação de associados e alunos da nossa Instituição.

A anteceder a cerimónia, proceder-se-á à inauguração de um painel no exterior, alusivo aos 140 anos do Jornal.

Ainda no âmbito destas comemorações, no próprio dia 13 de Fevereiro os 137 anos da Voz do Operário serão assinalados com iniciativas a realizar com as crianças nos diferentes equipamentos educativos.

No dia 28 de Fevereiro teremos um concerto musical nas instalações da Caixa Económica Operária e no dia 21 de Março será realizada uma Conferência dedicada ao Jornal.

Convidamos todos os sócios e amigos da Voz do Operário, não só a participar nestes eventos comemorativos, como a trazer outros amigos.

Ser sócio d’A Voz do Operário é uma forma muito rica de envolvimento no movimento associativo, participando na vida de uma Instituição com 14 décadas ao serviço da comunidade, apoiando a sua atividade e o seu desenvolvimento.

São muitos os benefícios que os sócios d’A Voz do Operário podem usufruir, nas áreas da Educação, Saúde, Intervenção Social, Desporto, Cultura e Lazer, designadamente receber mensalmente o nosso Jornal, frequentar a sala associativa e outros espaços dedicados aos sócios, inscrever os seus filhos nos diferentes níveis educativos e atividades extracurriculares, frequentar o Centro de Convívio, usufruir dos Serviços de Apoio Domiciliário, praticar desporto e outras atividades físicas, assistir a espetáculos musicais e culturais, utilizar o refeitório d’A Voz do Operário, participar nas Assembleias gerais de sócios e eleger e ser eleito para os Órgãos Sociais da Associação.

Comemoramos os 137 anos de história da Voz do Operário e os 140 do Jornal, não só enaltecendo a história de uma Instituição com uma vida perene de realizações e intensa na defesa das causas dos trabalhadores, como reforçando a certeza de que saberemos todos, associados, dirigentes, trabalhadores e amigos, construir um futuro que honre e prossiga o legado e o prestígio da Voz do Operário.

## EDITORIAL

### Dar mais voz ao protesto

Fevereiro é o mês do aniversário da instituição A Voz do Operário. Foi no dia 13 de 1883 que os operários tabaqueiros deram mais um salto no caminho iniciado quatro anos antes com a fundação deste jornal com o mesmo nome. Hoje, são muitas as razões que levam a que milhares de pessoas nos visitem diariamente nos diferentes espaços que levam mais longe a nossa voz.

Já no fim de janeiro, milhares de trabalhadores decidiram aderir às diferentes greves convocadas em todo o país e participaram na manifestação nacional que acabou em frente à residência oficial do primeiro-ministro em Lisboa. Se à esquerda houve partidos que fizeram da abstenção uma porta para ganhar avanços no debate na especialidade, cabe ao PS não deixar que caia o ramo de oliveira obstaculizando aspirações e reivindicações dos trabalhadores.

Nesta edição, *A Voz do Operário* dá também eco ao protesto das populações contra os planos do governo de manter e alargar o atual Aeroporto de Lisboa e construir um novo no Montijo, uma decisão que deve ser objeto de um debate de fundo, sem estar condicionado por interesses económicos mas, sobretudo, pelo interesse público. Este é um processo que merece a atenção de todos, não só por quem é diretamente afetado.

Em fevereiro, todas as atenções vão estar apontadas para o congresso daquela que é de longe a maior central sindical do país. A CGTP-IN vai congrega os seus representantes no Seixal e analisar a situação atual com o objetivo de traçar orientações para os próximos anos e, naturalmente, eleger uma direção que trabalhe nesse sentido.

A situação no Médio Oriente exige também de todos a rejeição do plano apresentado por Donald Trump e Benjamin Netanyahu para a Palestina. O documento com mais de 80 páginas é não mais do que uma Pax Romana e a consolidação da ocupação do território palestino. Com a situação cada vez mais tensa na região, a mobilização contra o imperialismo é uma necessidade imperativa.

## a Voz do Operário

**PROPRIEDADE E EDIÇÃO** SIB A Voz do Operário  
Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa  
Telefone: 218 862 155. E-mail: [jornal@vozoperario.pt](mailto:jornal@vozoperario.pt)  
**DIRETOR** Domingos Lobo  
**DESIGN E PAGINAÇÃO** Ana Ambrósio, Diogo Jorge  
**FOTOGRAFIA** Nuno Agostinho  
**COLABORADORES** André Levy, Bruno Carvalho, Carlos Moura, Domingos Lobo, Eugénio Rosa, Luís Caixeiro, Manuel Figueiredo, Maurício Miguel, Rego Mendes, Rita Morais  
**REDAÇÃO** Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa  
**IMPRESSÃO** Empresa Gráfica Funchalense, SA  
Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição,  
n.º 50 – Morelena, 2715 – 029 Pêro Pinheiro  
**N.º DE REGISTO NA ERC** 107759  
**DEPÓSITO LEGAL** 6394/84  
**PERIODICIDADE** Mensal  
**TIRAGEM** 3.500 exemplares  
**ESTATUTO EDITORIAL** [www.vozoperario.pt](http://www.vozoperario.pt)



Membro da  
Associação da  
Imprensa  
Não-Diária

Associação  
Portuguesa  
da Imprensa  
Regional



CABELEIREIRO

# A arte das tesouras também mora n'A Voz

Para quem entra pela primeira vez no edifício d'A Voz do Operário na Graça, a reação é geralmente de espanto. A dimensão do espaço sugere de imediato a importância da instituição na história de Lisboa. Foi a 13 de fevereiro de 1883 que os trabalhadores tabaqueiros que haviam fundado o jornal *A Voz do Operário* decidem criar uma instituição com o mesmo nome.

Os primeiros estatutos definiam claramente os objetivos daqueles homens e daquelas mulheres: “sustentar a publicação do periódico *A Voz do Operário*, órgão dos manipuladores de tabaco, desligado de qualquer partido ou grupo político”, “estudar o modo de resolver o grandioso problema do trabalho, procurando por todos os meios legais melhorar as condições deste, debaixo dos pontos de vista económico, moral e higiénico”, “estabelecer escolas, gabinete de leitura, caixa económica e tudo quanto, em harmonia com a índole das sociedades desta natureza, e com as circunstâncias do cofre, possa concorrer para a instrução e bem-estar da classe trabalhadora em geral e dos sócios em particular”. Para tal, os 316 sócios da altura comprometiam-se a pagar uma quota semanal de vinte réis, quantia que retiravam dos seus humildes salários.

Eram tantas as necessidades da classe trabalhadora na época que, por solicitação dos associados, em julho de 1883, a atividade da instituição foi alargada à assistência

funerária, correspondendo a um objetivo de quem se via confrontado com o exorbitante preço dos funerais. “Um jornal e uma carreta funerária, assim começa *A Voz do Operário*”, escreveu então Fernando Piteira Santos.

Desde então, *A Voz do Operário* assumiu o seu papel histórico e inscreveu na história do movimento operário e da cidade muitas páginas de grande valor. Atualmente, para além do jornal e dos diferentes espaços educativos espalhados por Lisboa, Almada, Barreiro e Moita, os serviços que a instituição presta à comunidade continuam a ter o bem-estar da classe trabalhadora como objetivo.

“Seja bem-vindo quem vier por bem”, como cantava Zeca Afonso, é apropriado para descrever as enormes portas da Graça que estão e sempre estiveram abertas desde que o edifício abriu pela primeira vez em 1932. Na entrada, há sempre alguém para receber o corropio de gente que diariamente passa pel'A Voz do Operário. Entre os muitos serviços que a instituição presta, há um que não é tão conhecido e ao qual são muitos os que recorrem todos os meses. Para quem entra no edifício e entra no primeiro corredor à direita, se entrar no Centro de Convívio, acede a um espaço que é o cabeleireiro d'A Voz do Operário.

Há mais de cinco anos à frente deste serviço, Sérgio Paixão está na instituição há pelo menos 15. Tirou um curso de cabeleireiro e é ele que agora maneja a arte das tesou-



ras respondendo aos muitos pedidos que recebe. Atrás da cadeira e em frente ao espelho, Sérgio Paixão diz que há uma média de 60 pessoas a arranjar e a cortar o cabelo por mês. Considera que “as pessoas valorizam haver um espaço assim na instituição”. Numa zona da cidade com uma população envelhecida, e em muitos casos, com carências económicas graves, o papel social deste serviço é importante. Ainda assim, Sérgio Paixão explica que há gente de todas as idades a cortar e a arranjar o cabelo n'A Voz do Operário. Por agora, o serviço está disponível todos os dias úteis de manhã, exceto à quarta-feira, sujeito a marcação prévia através do telefone geral da instituição ou mesmo na receção. O preço por corte para sócios é de 5 euros.

PUBLICIDADE

# 140 ANOS

## JORNAL "A VOZ DO OPERÁRIO"

### CONCERTO

### SEXTA, 28 FEV.

21H

### CAIXA ECONÓMICA OPERÁRIA



A VOZ  
DO OPERÁRIO

Rua Voz do Operário 13

t. 218 862 155

facebook.com/avozdoperario

## VOZ

# O sindicalista Alberto Alves Carneiro e a Cooperativa do Povo Portuense

Luís Carvalho, investigador

No seio dos colaboradores d'*A Voz do Operário* entre 1962 e 1968 salienta-se o nome de Alberto Alves Carneiro. Era um antigo operário gráfico e sindicalista, ainda do tempo da 1ª República, que tinha sido presidente da Cooperativa do Povo Portuense.

## Sindicalista

Filho de um militante ferroviário, Alberto Alves Carneiro nasceu no Porto, em 1895. E aí viria a falecer em 1969.

Foi um elemento destacado do antigo movimento sindical que existia em Portugal antes da ditadura de Salazar.

Delegado ao congresso da CGT (Confederação Geral do Trabalho) em 1922 e à conferência da OIT (Organização Internacional do Trabalho) em 1929, foi secretário-geral da Federação das Organizações Operárias do Porto.

Foi também dirigente do antigo Partido Socialista Português.

Uma das causas em que se empenhou foi a defesa do limite de horário de trabalho, importante fator de qualidade de vida.

Em 1919 tinha sido decretada uma lei que previa na indústria e comércio um horário de 8 horas diárias. Mas não se cumpria. Em 1930 Alberto Carneiro denunciava o caso dos mineiros de carvão em S. Pedro da Cova, no distrito do Porto: ainda estavam sujeitos a um horário de 12 horas (*República Social*, 08/02/1930, p.2).

À semelhança de muitos sindicalistas da sua geração, Alberto Carneiro salientou-se também no campo das associações mutualistas. Chegou a ser presidente da Liga das Associações de Socorro Mútuo do Porto.

Embora com um alcance limitado, o mutualismo teve um papel histórico muito importante: proporcionou apoios sociais e cuidados de saúde a milhares de pessoas, quando ainda não existiam os atuais serviços públicos.

Alberto Carneiro tornou-se colaborador do antigo diário *Comércio do Porto*. E foi dirigente da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto.

Publicou dois livros sobre biografias de militantes operários portuenses: o marceneiro Francisco Viterbo de Campos (falecido em 1904) e o chapeleiro João Pinto Maravilhas Pereira (falecido em 1951).

## N'A Voz do Operário

Alberto Carneiro colaborou neste jornal já no final da vida. Aqui partilhou memórias e recordou alguns antigos sindicalistas, como o operário tabaqueiro portuense Inácio de Sousa (falecido em 1914). Mas também abordou algumas questões atuais na área do associativismo.

Com César Nogueira, de Lisboa, e José Gíria, da Covilhã, fez parte de um conjunto de ex-dirigentes do antigo Partido Socialista Português que na década de



Alberto Alves Carneiro e a sede da Cooperativa Operária Portuense (Fotos de 1950)

1960, já com uma idade avançada, ainda aqui deram o seu contributo.

Em 1957, Alberto Carneiro veio a Lisboa visitar a sede d'*A Voz do Operário* numa delegação da Cooperativa do Povo Portuense. Foi um momento de confraternização entre duas instituições congéneres, com velhas relações de amizade.

Nesse encontro compareceram também destacados cooperativistas e opositores à ditadura em Lisboa, como Desidério Costa (dirigente da Caixa Económica Operária), Moisés da Silva Ramos (então presidente da Associação dos Inquilinos Lisbonenses) e António Sérgio (histórico paladino do cooperativismo em Portugal).

Estas presenças estiveram decerto relacionadas com a importante colaboração que Alberto Carneiro mantinha num espaço de afirmação democrática: o *Boletim Cooperativista*, fundado em 1951 sob a égide de António Sérgio.

## A Cooperativa do Povo Portuense

Entre 1949 e 1958, Alberto Alves Carneiro foi o presidente da direção da Cooperativa do Povo Portuense, fundada por operários a 18 de março de 1900, num aniversário da Comuna de Paris.

Em 1906 já era uma florescente cooperativa de consumo e produção. Tinha uma unidade industrial de tipografia, onde os operários já usufruíam do horário de 8 horas de trabalho. Tinha uma sapataria e duas mercearias no Porto e mais uma mercearia em Matosinhos. Tinha serviços funerários e de crédito e já somava mais de mil sócios. (*A Voz do Operário*, 01/04/1906, p.1)

Tornou-se a grande associação operária da cidade do Porto – como *A Voz do Operário* em Lisboa.

A cooperativa do Povo Portuense apresenta-se hoje com cerca de 18 mil sócios.

Atua na área da cidadania e proteção social, através de atribuição de subsídios de funeral, da prestação de cuidados de saúde nas suas clínicas e ao domicílio. Desenvolve atividades locais de carácter cultural, desportivo e formativo.

## Monumentos vivos

À semelhança da sede d'*A Voz do Operário*, a sede da Cooperativa do Povo Portuense, construída de raiz e inaugurada em 1914, é um monumento do movimento operário, do associativismo popular e da cidadania em Portugal.

O exemplo inspirador tinha sido a *Maison du Peuple* (Casa do Povo) de Bruxelas. Encomendada pelo antigo Partido Operário Belga, foi inaugurada em 1899.

Além de espaço para reuniões políticas, funcionou como sede de uma grande cooperativa, com padarias, mercearias, lojas de roupa e tecidos, talhos, armazéns de carvão, café, biblioteca, centro de saúde, salão de festas. (*Maison du Peuple de Bruxelles, Souvenir du XXV anniversaire*, 1907)

Acabou sendo demolida em 1965, num tremendo desprezo pela história da classe trabalhadora e pelo intrínseco valor arquitectónico do edifício. Tinha sido um projeto de um dos mais conceituados arquitectos belgas, Victor Horta.

As sedes d'*A Voz do Operário* e da Cooperativa do Povo Portuense continuam de pé e vivas!

ENSINO



# Avaliar, planificar e dialogar para aprender

Cláudia de Azevedo Pereira, professora de 1ºCiclo

A maior parte da educação do dia-a-dia nas escolas dedica-se a transmitir factos e teorias às crianças que as frequentam. O Professor é considerado uma autoridade que, supostamente, deve passar às crianças o saber e conhecimentos que possui. Foi esta a escola que quase todos vivemos enquanto alunos.

No entanto, no Modelo do Movimento da Escola Moderna (MEM) a criança assume-se como ser participante e ativo nos processos de planeamento e avaliação, de forma cooperada e negociada com os professores que partilham, desta maneira, as responsabilidades educativas através do diálogo e de práticas sociais em comunidades de aprendizagem.

Uma das componentes deste Modelo é o Tempo de Estudo Autónomo (TEA). A gestão do trabalho no TEA e a regulação através do Plano Individual de Trabalho (PIT) é uma preocupação diária. Refletimos sobre o planeamento do PIT (O que planejar? Quais

os compromissos? Como gerir o tempo?); Os apoios e parcerias durante o TEA (O que é ajudar? Quem pode ajudar? O meu apoio promove a dependência ou a autonomia das crianças? Quem apoiar?); A avaliação do PIT (O que é trabalhar bem?); os conteúdos trabalhados/a trabalhar (Como posso verificar se aprendi? Quando posso fazê-lo e como sem ser apenas com uma ficha de avaliação final? Para que serve a minha avaliação?).

Todos os PIT são comentados na quinta-feira para que no dia seguinte as crianças possam lê-los e considerá-los na sua avaliação e planeamento do trabalho da semana seguinte, refletindo sobre as conquistas e dificuldades. Fazemos um balanço coletivo do que foi trabalhado e, de seguida, debatemos o trabalho realizado por cada um em TEA. Refletindo sobre os comentários as crianças tomam consciência de certas dificuldades e iniciam o processo de trabalho para as superar.

Ao longo do TEA reparámos que várias crianças

não cumpriam os compromissos definidos. Porém, na sexta-feira quando avaliávamos os PIT em coletivo, o grupo começou a aperceber-se. Discutida a questão em Conselho, combinámos o seguinte:

- Cada um tem que cumprir o que planeia começando com o que acha que é mais importante;
- Sabemos que temos 4 dias de TEA, sendo prioritário o trabalho sobre as dificuldades sentidas;
- Devemos fazer parcerias que não nos distraiam;
- Se quisermos trabalhar com alguém que está ocupado não devemos ficar parados à espera. Continuamos a trabalhar com o nosso PIT.

Apesar da ajuda dos compromissos e da discussão coletiva em Conselho, estabelecendo parcerias e apoios, continuámos a sentir que, com frequência, o trabalho não era produtivo. Ou porque as parcerias e os apoios da professora eram interrompidos ou porque o trabalho ficava bloqueado com alguma dificuldade. Assim, acordámos em Conselho:

- Quando temos uma dúvida;
- Perguntamos a um colega;
- Vamos ver à lista de verificação quem pode ajudar;
- Se precisarmos mesmo da Professora, escrevemos a dúvida na tabela de dúvidas e continuamos a trabalhar;
- Não interrompemos o apoio da Professora, quando ela conseguir vê as dúvidas existentes e ajuda.

Existem ainda todas as semanas propostas de treino dos conteúdos trabalhados, tal como propostas de verificação – utilizadas como “testes” para avaliação. Neste processo, são os alunos que decidem e refletem sobre quando se devem propor à verificação escolhendo o conteúdo a avaliar. Assim, não avaliam os mesmos conteúdos ao mesmo tempo e sempre que realizam uma proposta de verificação, se não tiverem sucesso, voltam a estudar, podendo realizar mais tarde uma nova proposta de verificação sobre o mesmo conteúdo.

Diariamente as crianças responsabilizam-se por colaborar no planeamento, regulação e avaliação de atividades, notando-se um grande interesse em participar, evoluindo a nível pessoal e social. Esta dinâmica não surge do nada, devendo ser trabalhada em conjunto por adultos e crianças e incentivada principalmente pelos professores nas suas práticas, o que implica ter em conta, não só aspetos comunicacionais, mas também organizacionais que promovam uma cultura de cooperação no grupo.

PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

**GINÁSTICA PARA MAIORES DE 55 ANOS**  
Pilates + Fitness

**Terça e quinta**  
16H30-17H30 OU 17H30 - 18H30  
CAIXA ECONÓMICA OPERÁRIA

INSCRIÇÕES JÁ ABERTAS

REPÚBLICA PORTUGUESA | SNS | DGS | ars|ivt | SANTA CASA | LISBOA | A VOZ DO OPERÁRIO | tel. 218 862 155 | geral@vozoperario.pt

**Antiga Agência Funerária Domingos & Diniz**  
Gerência de João Natividade

**Descontos de 15%**  
para sócios de A Voz do Operário

Rua de Sta. Marinha, n.º4, 1100-491 Lisboa  
Rua de S. Vicente, n.º34, 1100-574 Lisboa  
T. 218 861 649 E 218 875 213 TM. 919 311 363

## MÉDIO ORIENTE



# Médio Oriente, na mira do imperialismo

Não há nada mais parecido com um barril de pólvora do que o Médio Oriente. Sob milhões de vidas que gostariam tão somente de poder viver em paz, jazem riquezas naturais que despertam desde sempre a gula dos Estados Unidos e das principais potências da União Europeia. O imperialismo impõe a recolonização de uma região semeando cada país de bombas e metralha.

**Bruno Amaral de Carvalho**

Depois da provocação contra o Irão, com pompa e circunstância Donald Trump apresentou ao mundo o “acordo do século” como solução de paz para o conflito israelo-árabe no que diz respeito à questão da Palestina. Sem esconder a satisfação, o primeiro-ministro israelita assistiu, junto ao presidente norte-americano, ao anúncio, que fez do inquilino da Casa Branca, segundo Benjamin Netanyahu, o primeiro líder mundial a reconhecer a soberania de Israel nas áreas da Judeia e da Samaria, que são vitais para a segurança e centrais

para o “legado” israelita.

O documento de 80 páginas prevê uma solução de dois Estados: um israelita e outro palestino, com a capital em Jerusalém Oriental, onde Trump afirmou que os Estados Unidos abririam uma embaixada. De acordo com o projeto, os colonatos israelitas na Cisjordânia seriam reconhecidos, em troca do congelamento da sua construção durante os próximos quatro anos.

“Este plano duplicará o território palestino e estabelecerá a capital do Estado palestino em Jerusalém Oriental, onde os EUA orgulhosamente abrirão uma embaixada”, afirmou, acrescentando

que o acordo “acabará com o ciclo de dependência palestina da caridade e da ajuda estrangeira”. Mas Trump indicou que a iniciativa prevê que Jerusalém seja “a capital indivisível” de Israel recordando que já reconheceu esse estatuto em dezembro de 2017. Já o primeiro-ministro israelita, que considerou “histórico” o acordo proposto, recordou que o primeiro passo seria o reconhecimento de Israel como Estado judeu por parte das autoridades palestinas, numa iniciativa que além de impedir o regresso dos refugiados palestinos mantém a soberania de Telavive sobre o Vale do Jordão. As forças da resistência palestina, como

o Hamas e a FPLP, devem entregar todas as armas e desmilitarizar a Faixa de Gaza. O “acordo do século” prevê ainda que a Palestina não tenha forças armadas próprias e que muitos dos seus recursos naturais sejam controlados por Israel.

Para além da revolta nas ruas por parte da população palestina, o presidente Mahmoud Abbas manteve uma pouco habitual conversa telefónica com Ismail Haniyeh, líder do Hamas, que governa o enclave de Gaza, para enfrentar o plano de paz anunciado pelo presidente norte-americano. Os líderes de todas as organizações palestinas, incluindo o Hamas, reuniram-se, depois, em Ramallah,

sede do governo palestino, para definir uma resposta comum, quando o plano de paz estava a ser apresentado, em Washington. Tanto a Liga Árabe como o Irão e a Rússia rejeitaram o plano. Numa entrevista, Dmitri Peskov, porta-voz de Vladimir Putin, insistiu que “existe todo um conjunto de resoluções do Conselho de Segurança da ONU” e que “está claro que algumas das disposições deste plano não correspondem de todo às disposições das resoluções do Conselho de Segurança”.

### A África do Sul do Médio Oriente

Desde que foi criado, em 1948, o Estado de Israel representa os interesses do imperialismo norte-americano numa região rica em reservas de petróleo e outros recursos. Apesar de não assumir o seu arsenal de armas nucleares, é perfeitamente sabido que o Estado que melhor representa os interesses de Washington no Médio Oriente possui essa opção militar. Mas o apartheid que Israel exerce sobre o povo palestino não é a única semelhança com o anterior regime racista da África do Sul. O plano prevê justamente a criação de uma série de enclaves palestinos muito semelhantes aos bantustões, onde viviam os negros, a que os governos brancos sul-africanos davam relativa autonomia para comprar alguma paz no seu território.

A África do Sul representou, aliás, os interesses do imperialismo na parte austral do continente africano e suportou durante muitos anos forças coloniais e reacionárias que lutavam contra quem procurava construir em vários países alternativas progressistas. Foi a derrota do exército sul-africano em Angola que iniciou o princípio do fim deste regime que mantinha, entre outras coisas, a Namíbia ocupada.

Já Israel, em 1967, durante a Guerra dos Seis Dias, ocupou parte da Síria, onde se mantém, e do Egito e atacou a Jordânia e o Iraque, numa manobra que levou à colonização de mais territórios palestinos. O Estado israelita agrediu também várias vezes o Líbano e tem tido uma participação ativa na guerra na Síria.

### Irão na mira do império

Mas os interesses de Washington e, muitas vezes das principais potências da Europa Ocidental, expressaram-se ao longo da história de diferentes modos. É, sobretudo, depois da 2.ª Guerra Mundial que os Estados Unidos se impõem como primeira potência mundial e alargam o seu histórico de interferências ao mundo inteiro. Em março de 1951, o primeiro-ministro iraniano Mohammed Mossadegh anunciou a nacionalização do petróleo depois de vários setores políticos se mostrarem favoráveis à decisão. O Reino Unido já anunciara sanções económicas com o objetivo de asfixiar o

país quando organizações clandestinas organizavam atentados dentro do país. Perante as ameaças de Londres, Mossadegh defendeu a posição assumida pelo seu governo ante o Conselho de Segurança da ONU e também perante o Tribunal Internacional, em Haia, onde nenhum dos organismos foi capaz de ir contra a nacionalização do petróleo iraniano. De tal forma que em 1951 o primeiro-ministro do Irão era considerado o homem do ano pela revista Time enquanto a imprensa ocidental insistia em descredibilizar Mossadegh.

Com um contexto interno complexo, o líder do governo iraniano tinha de enfrentar a oposição do xá Mohammad Reza Pahlavi, monarca daquele país. Em julho de 1952, Mossadegh demitiu-se perante as pressões de Pahlavi e as ruas voltaram a devolvê-lo ao cargo no mesmo mês. Reforçado politicamente, anunciou mais medidas políticas de caráter progressista que desencadearam o ódio da oligarquia local e das grandes potências.

Nesse mesmo ano, agentes dos serviços secretos britânicos e da CIA planejaram uma ação que desembocou no golpe de Estado que derrubou Mossadegh no ano seguinte e repôs o poder do xá. Foi em 1979 que uma revolução depôs o regime iraniano afastando novamente Teerão da órbita imperialista. A rutura fez regressar novamente a conspiração contra o país, num assédio que se mantém até aos dias de hoje. Logo a seguir à revolução, os Estados Unidos incitaram Saddam Hussein a invadir o Irão com o apoio de Washington numa guerra que durou sete anos e deixou centenas de milhares de mortos.

### O caos como forma de dominação

Mas se a intervenção direta do imperialismo esbarrou durante décadas com a existência da União Soviética, com prestígio em muitos dos países da região, o fim do bloco socialista no Leste da Europa abriu caminho a uma correlação de forças que conduziu a ações cada vez mais agressivas por parte de Washington e dos seus aliados. A primeira Guerra do Golfo contra o Iraque, desencadeada no ano em que a URSS se desagrega, foi o prólogo de um historial de intervenções que começou depois do ataque de 11 de setembro de 2001.

Logo em outubro desse mesmo ano, os Estados Unidos lideraram o assalto ao Afeganistão contra os seus velhos aliados na luta contra o governo progressista naquele país. Os talibans que haviam instalado um regime autocrático viam-se agora na mira de Washington que dois anos depois organizavam a Cimeira dos Açores para fazer novamente soar os tambores da guerra agitando a mentira das armas de destruição massiva no Iraque. Foi o suficiente. Em 2003, uma coligação internacional rasgava as leis internacionais e invadia o Iraque.



Depois das guerras lideradas pelo presidente republicano George W. Bush, Barack Obama chegou para mostrar que nesta nova era os democratas continuam alinhados com os interesses imperialistas. Desta vez com o apoio mais ativo da União Europeia e com a NATO, braço armado do Ocidente, a vítima foi um dos países com melhores indicadores de desenvolvimento no continente africano. A 15 de fevereiro de 2011, começava a invasão da Líbia e queda de Muammar Khadafi lançando o país numa divisão tribal sem fim.

A recolonização da região avançou numa estratégia de agressão que assumiu velhas e novas formas, aproveitando o descontentamento popular, com elementos genuínos e também de ingerência externa, para impor governos alinhados com os interesses de Washington e da União Europeia. Em março de 2011, os protestos na Síria e a introdução de mercenários e grupos ligados à al-Qaeda, com o surgimento do Estado Islâmico, conduziram a uma guerra que teve o alto patrocínio da Turquia, Arábia Saudita, Israel, para além dos suspeitos habituais. Só a participação direta da Rússia e do Irão no apoio ao governo de Bashar al-Assad permitiu derrotar a ameaça de uma força obscura que deixou pelo caminho centenas de atentados na Europa e noutros lugares do mundo.

### O imperialismo é um tigre de borracha

A entrada em cena de outros atores veio desestabilizar as intenções na região. Se o caos beneficiava a política norte-americana e europeia de subtrair àqueles países os seus recursos, a participação da Rússia e do Irão a pedido do governo sírio veio dar uma nova dinâmica à região. Hoje, praticamente todo o território sírio está libertado e pacificado à exceção da zona de Idlib, onde todavia se concentram forças terroristas, e da região onde se concentram os poços de petróleo à guarda das tropas norte-americanas com a permissão dos curdos. No Iraque, a provocação norte-americana contra o Irão através do assassinato do General Soleimani mostra como a influência de Teerão incomoda cada vez mais Washington que vê a sua força dissipar-se em todo o território. As negociações sobre a Líbia mostram também que aparecem outros atores como peças-chave para uma decisão que dê fim à guerra e, no Iémen, uma das mais bárbaras e silenciadas guerras, mostra como a Arábia Saudita não consegue impôr a sua força contra os Hutis.

Com a perda de influência económica, os Estados Unidos recorrem ao seu poderio militar para impor na região o saque de recursos ao velho estilo colonial impedindo cada povo de decidir o seu próprio futuro em paz.

JOSÉ MANUEL JARA

# “Muitos problemas mentais decorrem de fatores sociais”

O psiquiatra José Manuel Jara é uma das vozes mais respeitadas quando se trata de abordar a questão da saúde mental. Foi diretor de serviço no Hospital Júlio de Matos e é um dos fundadores da Associação de Apoio aos Doentes Depressivos e Bipolares. Para além de autor de vários livros de psiquiatria, é membro do Conselho de Ética da Ordem dos Médicos.



José Manuel Jara, membro do Conselho de Ética da Ordem dos Médicos

Bruno Amaral de Carvalho

**Durante o fascismo as pessoas com deficiência eram encerradas em asilos. Como vivia quem tinha doenças mentais graves?**

No período do fascismo e já no século XIX construíram-se instituições para doentes mentais e deficientes. Essas instituições, asilos, manicómios, depois hospitais psiquiátricos, eram comuns a todos os países do mundo. Em Portugal o seu número, capacidade e condições de assistência forma sempre insuficientes, e centralizados em Lisboa, Porto e Coimbra. Para além do Estado, as Ordens Hospitaleiras contribuíram para a assistência aos doentes mentais. Só a partir dos anos 60 do século passado se inicia a descentralização com a criação de Centros de Saúde Mental distritais e mais tarde de serviços de psiquiatria em hospitais gerais.

**Hoje, a situação mudou mas está muito aquém do necessário. Mais de metade das 7032 crianças e jovens que viviam em instituições de acolhimento em 2018 tinham expressões e sintomas relacionados com problemas de saúde mental. A doença mental ainda é sinónimo de marginalização?**

As carências educativas, as famílias disfuncionais e com meios escassos geram muitas vezes perturbações mentais no desenvolvimento da personalidade da criança e do jovem, concorrendo para o recurso a instituições de acolhimento. A qualidade funcional das instituições é muito importante para a saúde mental das crianças. De notar que as famílias de acolhimento diminuíram nos últimos anos.

**A integração social e o acesso ao emprego são fundamentais para a recuperação de quem**

**sofre algum tipo de doença mental?**

As doenças mentais mais graves geram dificuldades adaptativas e de integração social. Para melhorar a saúde mental dos doentes é fundamental o diagnóstico precoce e o tratamento médico-psiquiátrico continuado e um apoio psicossocial que permita a sua recuperação, habilitação e integração social. O doente deve ser um cidadão ativo, com um trabalho de acordo com as suas capacidades. Neste domínio o nosso país tem muitas insuficiências.

**Uma em cada quatro pessoas no mundo tem algum tipo de doença mental relacionada com as condições de trabalho ou estudo, diz a OMS. Lembro os 35 suicídios de funcionários da France Telecom durante o processo de privatização e reestruturação. Por cá, os suicídios aumentaram durante o período da**

### troika. Há uma relação entre capitalismo e o crescimento das doenças mentais?

Uma sociedade desenvolvida tecnologicamente e economicamente, num modo de produção capitalista, não resolve os problemas de equidade, justiça social e humanização na vida quotidiana. A competição sem limites, a precarização dos vínculos laborais, a exploração do trabalhador com vista ao lucro concorrencial máximo, conduz a desgastes físicos e mentais, que contribuem para doenças. No período recente da crise, imposta pela troika, agravaram-se os problemas mentais por fatores sociais e económicos, verificando-se uma maior incidência de suicídios e de atos de violência.

Muitos problemas mentais decorrem de fatores sociais e psicossociais, muitas vezes no local de trabalho. O ser humano é um ser eminentemente social. O isolamento social, o desemprego, o desajustamento à profissão e a carência em necessidades básicas, repercutem na saúde mental global, aumentando a prevalência de depressões, estados ansiosos e, nalguns casos, ao recurso a substâncias nocivas que geram graves dependências, de álcool e de drogas.

### 12% das doenças em todo o mundo são do foro mental, valor que sobe para os 23% nos países desenvolvidos. A que se pode dever esta diferença?

As estatísticas de doenças psíquicas não são exatas. Nos países menos desenvolvidos há falhas no registo epidemiológico, maiores que nos países mais desenvolvidos. Por isso, essas discrepâncias não são fidedignas. Nos países menos desenvolvidos há fatores patogénicos relacionados com a saúde materno-infantil, a nutrição, o défice de assistência médica, e a pobreza, que contribuem para doenças e deficiências, tanto físicas como mentais. Nos países mais desenvolvidos, devido a exigências competitivas e concorrenciais, pode haver um stress suplementar, com desgaste psicossomático que contribui para prejudicar a saúde mental, aumentando a prevalência de estados depressivos e ansiosos.

### Quais são as camadas da população mais vulneráveis à doença mental? E os estratos de idade? Porquê?

A questão da saúde mental coloca-se desde o berço até à senescência. Uma boa saúde materno-infantil e familiar condiciona favoravelmente toda a vida. A adolescência corresponde a uma época decisiva para a maturação da personalidade. Os hábitos e os estilos de vida saudáveis são determinantes para o futuro da pessoa, em termos de capacitação, de autonomia e felicidade. Algumas doenças mentais, como a esquizofrenia, a doença bipolar, as depressões graves recorrentes e algumas perturbações ansiosas, têm maior incidência na juventude, começando aí a doença. O uso de substâncias nocivas que atuam no cérebro e geram dependências inicia-se a maioria das vezes na juventude, dando relevo ao fator preventivos educativo e sociocultural para sua prevenção, em que o papel do Estado e da sociedade é muito importante.

Nos idosos, os fatores de saúde física geral, a par dos fatores familiares e sociais são importantes para a saúde mental. Uma sociedade justa e igualitária deve valorizar as pessoas depois de se afastarem da vida laboral ativa, quando são idosos. A pessoa não é uma mercadoria cuja cotação resulta da produtividade. No idoso sobrevêm as doenças neuropsiquiátricas mais prevalentes na senescência como as demências.

### Prevê-se que cresça o número de casos de doenças mentais entre os portugueses mas, por exemplo, o governo encabeçado por José Sócrates decidiu encerrar o Hospital Miguel Bombarda. As políticas neoliberais têm afetado a resposta do Serviço Nacional de Saúde a este problema?

A «Saúde Mental» tem sido sempre identificada como o parente pobre da saúde. No nosso país o financiamento e investimento nos serviços de psiquiatria e saúde mental foram sempre baixos, tanto antes como depois do 25 de Abril, correspondente a cerca de 3% do Orçamento da Saúde. Em vez de preservar e melhorar serviços existentes e criar novos serviços descentralizados, optou-se no período da Ministra Leonor Beleza e depois, também com os governos Sócrates, em atirar as culpas das insuficiências para os hospitais psiquiá-



tricos e o chamado “institucionalismo”, que em Portugal foi sempre modesto. Manifestamente, havia interesses especulativos em relação aos terrenos, onde estão sediados o Hospital Júlio de Matos e o Miguel Bombarda. As épocas sucedem-se, as instituições renovam-se, algumas podem e devem ser extintas. Mas o essencial é que se criem novos recursos, tanto em serviços hospitalares de hospitais gerais com dimensões e recursos humanos, como em serviços na comunidade, domiciliários, residenciais e reabilitativos, em cuidados continuados, de que as carências continuam a ser chocantes. Não faltam promessas e leis, faltam os orçamentos e a execução.

### Há assimetrias no acesso a cuidados em Portugal?

As assimetrias continuam no nosso país. Tem havido alguns progressos, mas irregulares, na implementação de serviços de psiquiatria e saúde mental em distritos pe-

riféricos. Há serviços com um número razoável de profissionais, médicos especialistas, enfermeiros de saúde mental, psicólogos, assistentes sociais e outros, com ratios adequados à população a assistir, e outros serviços com grave escassez de recursos e meios.

### Muitas vezes a doença mental representa processos dolorosos também para familiares. Que dificuldades enfrenta quem convive diariamente com estes casos?

A doença mental grave, especialmente quando tem uma evolução crónica, resulta num desgaste importante para a família. A sobrecarga pode prejudicar a saúde mental dos familiares, que são muitas vezes cuidadores informais. As associações de familiares de doentes mentais do nosso país têm reivindicado apoios que continuam a faltar. Se o doente for bem tratado medicamente e psicologicamente, integrado em fóruns sócio-ocupacionais e valorizado num emprego protegido, a família no seu todo também tem a ganhar.

### Os Programas Nacionais para a Saúde Mental têm sido suficientes?

O Plano Nacional de Saúde Mental tem estado seriamente retardado na sua aplicação. Só foi rápido no encerramento de hospitais psiquiátricos, pois essa medida reduziu gastos. Quando a Resolução do Conselho de Ministros do governo Sócrates pôs em 2007, no pódio, a «saúde mental», começou a crise da troika. Pode dizer-se que houve uma forte componente de demagogia social nas promessas feitas então. Hoje o Plano Nacional continua parado ou quase, volvidas duas décadas.

### A medicalização dos problemas sociais representa lucros estratosféricos para os grandes grupos farmacêuticos, que beneficiam da desintegração dos tecidos comunitários e familiares. Acha que por vezes a solução para alguns dos problemas pode ser mais social do que médica?

Os medicamentos psiquiátricos são indispensáveis para o tratamento e prevenção das doenças mentais mais graves. A sua utilização deve corresponder às mesmas regras científicas e éticas das outras especialidades médicas. Há por vezes uma confusão que não distingue os medicamentos para o cérebro (antipsicóticos, antidepressivos, estabilizadores do humor e ansiolíticos), confundindo-os com drogas. A garantia do acesso aos medicamentos psiquiátricos em Portugal foi objeto de grandes lutas de familiares de doentes, de utentes e de profissionais da saúde mental, já no fim do milénio. Mas é verdade que a boa prática médica não se pode basear só na medicação, abrangendo terapêuticas psicológicas e intervenções sociais e culturais, cuja relevância é sempre importante para a saúde mental dos doentes.

### De que estratégia necessita o país para enfrentar de forma decisiva a questão da saúde mental?

O país precisa de uma prática política para a saúde mental, de que às palavras correspondam ações. Que algumas leis sejam executadas, criando-se serviços e dotando-os de meios humanos para melhorar a saúde mental em todo o país, tanto a nível hospitalar, como nas prestações de proximidade, e em instituições de integração sócio-ocupacional e de acolhimento. Tem de haver meios financeiros, cuja falta é clamorosa. —

## TRANSPORTES

# Aeroporto de Lisboa, que futuro?

Eduardo Vieira, Técnico de Manutenção de Aeronaves

## Ainda estamos a tempo de escolher bem

Tem décadas a discussão de qual a solução a adoptar para resolver o problema do esgotamento da capacidade física de expansão do Aeroporto de Lisboa, que se deve às suas limitações legais, físicas e ambientais por estar inserido em meio urbano.

Dizem-nos agora alguns, como o governo e a Confederação do Turismo - comprometidos com a satisfação das imposições que a VINCI quer fazer ao país para maximização dos seus lucros - que não se pode perder mais tempo com estudos; que é preciso avançar desde já.

Ao fazê-lo, tentam esconder que, desde 2007, e após um longo debate nacional, o nosso país tem uma solução para este problema: construir por fases um novo Aeroporto Internacional no Campo de Tiro de Alcochete. Uma solução que, para além de ter suporte de algumas das mais importantes instituições técnicas e científicas nacionais, reuniu e reúne um amplo apoio.

Uma solução cuja execução foi adiada pelo governo PSD/CDS a coberto do pacto de submissão subscrito por estes partidos e pelo PS com a UE, FMI, BCE, e que continha, entre as suas medidas, a intenção de privatizar a ANA e a TAP.

Foi nesse quadro que foi privatizada a Ana e entregue à multinacional VINCI a exploração dos aeroportos nacionais por 50 anos. A empresa posteriormente declarou a intenção de não construir um novo aeroporto, como o contrato de concessão apontava, para efectuar mais obras em Lisboa e utilizar a Base Aérea do Montijo como infraestrutura complementar ao Aeroporto Humberto Delgado.

Alguns argumentos a favor desta opção afirmam que esta é fácil de executar e mais barata mas, de facto, é exatamente ao contrário do que dizem, pois tal opção não se limita a umas pequenas obras para transformar a Base Aérea do Montijo numa infraestrutura aeronáutica civil para um uso intensivo, mas sim a obras profundas com um custo de cerca de 500 milhões de euros. Esta opção é um atentado contra a saúde e segurança das populações, localidades e empresas sobrevoadas, para além do ambiente, não promovendo o desenvolvimento integrado do território nacional.

Esta é uma opção que não resolve nenhum dos constrangimentos existentes hoje na Portela, pois não lhe retira voos, nunca poderá funcionar durante as 24 horas do dia, nem tampouco receber todo o tipo de aviões, devido ao facto de a pista não poder ter o comprimento necessário, implicando ainda obras de ampliação da Portela, com um custo de 650 milhões de euros, para as quais não foi feita nem pedida nenhuma avaliação relativa aos impactos ambientais.

Para o cúmulo, ainda nos impõe a todos que paguemos 372 milhões de euros em custos da deslocalização das esquadras da força aérea e outras infraestruturas militares, muitas dezenas de milhões de euros para a insonorização das casas, escolas e hospital, centros de saúde, lares e centros de dia, que serão afectados pelo sobrevoo, ou ainda com infraestruturas rodoviárias necessárias, etc.

A Declaração de Impacto Ambiental condicionada à utilização da Base Aérea do Montijo para uso aeroportuário civil, recentemente emitida pela Agência Portuguesa do Ambiente, para além de errada, cheia de lacunas e omissões, não significa que está posto um ponto final neste assunto, mas tão só que estamos perante

O futuro do Aeroporto de Lisboa vai ser debatido no próximo dia 6 de fevereiro, no Auditório João Hogan, n'A Voz do Operário

mais uma manifestação clara de cedência pelo governo PS e diversas instituições nacionais aos interesses monopolistas em prejuízo claro do país e dos portugueses.

Por tudo isto é tempo de dizer não ao que a VINCI nos quer impor, a Confederação do Turismo apoia e o governo PS teima em não recusar. É tempo de dizer que não aceitamos que a coberto da urgência da decisão, e dos parcos recursos do país se desbarate os disponíveis e se prive o país de uma infraestrutura que lhe faz falta, só para que a VINCI obtenha mais lucros.



## ...os quatro cavaleiros

Segundo as Sagradas Escrituras, são quatro os flagelos que precedem o Apocalipse, ou seja, o fim do Mundo: a peste, a guerra, a fome e a morte.

Iconograficamente, esses flagelos têm sido desde há muito tempo representados por quatro figuras, cada uma das quais ostentando símbolos relacionados com as desgraças que acarretam.

Todas aquelas sinistras personagens se apresentam montadas em cavalos e aqui este animal simboliza a impetuosidade, a força e, até certo ponto, a dificuldade ou mesmo a impossibilidade de vir a ser completamente domado como serão também o fogo e a água.

Poder-se-á dizer que a Peste está controlada em quase todo o mundo; que a Guerra parece já ter sido afastada de algumas regiões do mundo (muito embora em outras ganhe novas crueldades quando um só homem, com o simples gesto de carregar num botão, possa matar um outro homem, no outro lado do mundo); a Fome ainda espalha assimetrias por todas as partes do mundo mas surge a esperança de que, eliminados os desperdícios e com uma mais justa distribuição, possa vir a haver alimentação para todos; para a morte natural não há remédio e, infelizmente, a morte violenta ainda colhe vítimas por todo o mundo.

São o fogo e a água que hoje se apresentam mais perto de nós montados nos novos cavalos do Apocalipse: o fogo tanto mata em Pedrogão, como na Aus-

trália e a água em excesso, num país tão pequeno como o nosso, inunda e destrói os campos do Mondego e pela sua ausência nas barragens do Alentejo muitas vezes estiola plantas e estende o espectro da fome e da sede a muitos animais.

Situação paradoxal pois se a presença da água é elemento fundamental para a vida (mais depressa se morre de sede que de fome) e o fogo, nas diversas consequências que assume, fornece a todos os seres vivos o complemento de energia de que necessitam, quer se trate de um girassol de uma mulher, de um homem ou de um lagarto.

Aliados vitais do Homem ou brutais inimigos a água e o fogo exigem controlo.

O engenho humano venceu a peste, parece poder levar de vencida a fome, prolonga a vida e enfrenta a morte, há esperanças de que algum dia a paz vença a guerra, mas há ainda muitos que, por cegueira ou conveniência, negam o carácter apocalíptico das alterações climáticas de que o homem é simultânea agente e vítima.

Francisco da Silva Dias

## Transportes públicos



# Recordam-se da rodoviária nacional?

A Rodoviária Nacional (RN) resultou da nacionalização das grandes empresas de transportes rodoviários, em 1975, tendo iniciado a sua atividade em meados de 1976.

Sob a responsabilidade do Estado, estruturou-se, desenvolveu-se e garantiu uma cobertura de grande parte do território continental, pesem todas as deficiências.

Em 1992, março, inicia-se o processo de privatização da RN, com a passagem da Rodoviária do Algarve para o setor privado.

O processo segue ininterruptamente, até maio de 1995, quando é privatizada a Rodoviária de Lisboa.

Tivemos a liquidação da Rodoviária Nacional num período de pouco mais de três anos, durante um governo do PSD, com Cavaco Silva como primeiro ministro.

Este relato vem a propósito de notícias dos jornais e televisão que nos informaram de que **a Transportes Sul do Tejo (TST) eliminou, a partir de 6 de janeiro, quatro carreiras e reduziu o número de autocarros**, isto oito meses depois do alargamento do passe social intermodal e a redução dos preços.

Quando o aumento do uso de transporte coletivo que, como é público, foi muito elevado, a opção da empresa foi a inversa, isto é, reduzir a oferta.

Os argumentos da empresa foram todos de teor economicista.

Podem dar muitas voltas e apresentar muitos argumentos, mas a realidade é que se tivéssemos a RN, esta situação não teria acontecido.

Estes casos, nem sequer estamos na presença do mais relevante, acontecem sempre que é violado o princípio de que a gestão do serviço público só tem como objetivo o interesse do público quando as empresas ou equipamento têm uma gestão pública.

As entidades privadas visam o lucro e tudo o mais é secundário. É a lógica da sua existência.

Sofremos as consequências de decisões políticas que, apesar do tempo decorrido, continuam e continuarão a fazer-se sentir e têm responsáveis. Os de então e os que hoje não invertem a situação.

Recordamos a Rodoviária Nacional, lamentamos a sua extinção e confiamos que um dia haverá uma rede de transportes públicos, com gestão pública, ao serviço dos interesses públicos.

Rego Mendes

## AMADORA



# Agressão policial gera onda de contestação

Centenas de pessoas saíram à rua no primeiro dia de fevereiro, na Avenida da Liberdade, em Lisboa, para denunciar o que dizem ser mais um ato de racismo. Não é uma história inédita e muito menos na Amadora onde as denúncias de violência policial com motivação racista são frequentes. A agressão a Cláudia Simões, a cidadã de nacionalidade portuguesa e angolana que entrou num autocarro da carreira 163 da Vimeca num domingo à noite quando se deu conta de que a filha, de oito anos, se havia esquecido do passe em casa, relançou o debate sobre a intervenção das autoridades na Amadora e noutras zonas da Área Metropolitana de Lisboa.

Entretanto, o governo ordenou através do Ministério da Administração Interna a abertura de um inquérito ao caso. A Inspeção Geral da Administração Interna (IGAI) vai agora proceder a uma investigação para “apuramento dos factos relacionados com a atuação policial ocorrida domingo, na Amadora, após o pedido de intervenção do motorista de um autocarro de passageiros”.

A mulher terá sido agredida por um polícia durante a detenção e apresentou queixa contra o agente. Apesar de ser uma formalidade necessária, uma vez que as crianças até aos 12 anos não precisam de carregar este título mensal, o motorista chamou um agente que acabou por proceder à detenção da mulher que acabou no hospital com graves feridas no rosto.

De acordo com Gerson, sobrinho de Cláudia Simões, que também ia no autocarro, o motorista proferiu vários insultos racistas: “Vocês, pretos, macacos, ficam aqui a encher o nosso país. Estamos fartos de vocês. Vão embora para a vossa terra”. “O condutor começou a ofender toda a gente no autocarro e as pessoas revoltaram-se”, descreveu.

Após serem presentes a um juiz de instrução criminal, a mulher ficou indiciada do crime de resistência e coação sobre o agente da autoridade, enquanto o polícia envolvido não foi constituído arguido, adiantou fonte da Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública (PSP). Uma semana depois, o motorista da Vimeca que chamou o agente da PSP foi agredido “com

alguma gravidade” em Massamá, durante a pausa.

Em janeiro, uma avaliação feita pela PSP a pedido do Diário de Notícias revelava que nos últimos seis anos 76% das queixas apresentadas contra esta força de segurança na Amadora foram arquivadas. Desta contagem, concluiu-se que foram instaurados 243 processos disciplinares “por eventual prática de ofensas à integridade física” de cidadãos. Dos 24% dos casos que não foram arquivados todos aguardam por um desfecho sem que haja registo de qualquer sanção.

Nos últimos anos tem havido vários partidos à esquerda a exigir mais formação aos agentes e um investimento na polícia de proximidade mas nos anos da troika o governo liderado pelo PSD e pelo CDS-PP rumaram em sentido contrário.

Foram vários, aliás, os partidos que apresentaram requerimentos ao governo. “A confirmarem-se as alegações de Cláudia Simões de que foi agredida posteriormente à algemagem e imobilização, tratar-se-á de condutas merecedoras da mais profunda reprovção, com relevância criminal e impróprias de agentes imbuídos de particulares deveres de respeito pela lei”, afirma o PS.

Já o BE, segundo o Público, entregou uma pergunta ao governo em que considera que as “lesões apresentadas pela cidadã agredida indicam uma atuação desproporcional e injustificada por parte dos agentes policiais”.

Por sua vez, o PCP questiona o executivo destacando também “a gravidade das agressões verificadas” e exige “um total esclarecimento e uma pronta averiguação de responsabilidades por parte das entidades competentes”. O requerimento assinado pelos deputados António Filipe e Alma Rivera pergunta ainda se vão ser tomadas “medidas preventivas de carácter disciplinar relativamente ao agente em causa?”.

Também a deputada Joacine Katar Moreira, do Livre, fez dar entrada no parlamento uma pergunta em que recorda “um longo e infeliz historial de situações de violência policial que têm vindo a ser conhecidas, perante a passividade da Direção Nacional da PSP”.

## ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

# Ana Avoila: “É a luta de massas que vai mudar algo”

Realizou-se em Braga, no mês de janeiro, o 12.º Congresso da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais (FNSTFPS), filiada na CGTP-IN, com a participação de centenas de delegados das quatro estruturas sindicais que formam esta organização constituída há 41 anos e que tem 68 mil filiados. Para além da discussão sobre os principais problemas que afetam os trabalhadores da administração pública e definir as linhas de orientação programática para os próximos quatro anos, os delegados elegeram ainda a nova direção sob o lema “Lutar e Avançar nos Direitos! -- Salários, Carreiras, Serviços Públicos”.

A intervenção de abertura do congresso esteve a cargo de Ana Avoila, que deixou a coordenação da estrutura que dirigia há 16 anos. A dirigente sindical considerou que, “em termos dos direitos dos trabalhadores, houve uma regressão muito grande nos últimos 13 anos”. “Desde logo com o governo de José Sócrates, do PS, que retirou o estatuto socioprofissional aos trabalhadores da administração pública. Isto é o quê? Tirou-nos o vínculo de nomeação, tirou as carreiras gerais, todas as profissões que existiam deixaram de existir para se chamarem assistentes operacionais”, sublinhou. “O PS podia ter mudado toda esta realidade, não o fez, fez a opção clara de ir para o lado do patronato e do poder económico. Agora resta aos trabalhadores continuarem a luta porque é a luta de

massas que vai mudar algo”, defendeu a sindicalista.

Ana Avoila fica em funções até fevereiro, quando será substituída por Sebastião Santana, atualmente dirigente do Sindicato da Função Pública do Sul e Regiões Autónomas, que foi eleito para a coordenação da FNSTFPS. Também o secretário-geral da CGTP, Arménio Carlos, esteve presente neste congresso onde salientou a importância dos funcionários públicos dizendo que, se não tivesse sido pela sua “intervenção”, os serviços públicos “teriam colapsado”. Referiu ainda que os trabalhadores da administração pública deviam ser mais valorizados pelo que a proposta de aumento de 0,3% para a função pública, feita pelo governo, é “desrespeitadora e destruidora da dignidade” daqueles trabalhadores. “A questão que hoje se coloca à sociedade portuguesa é que, ou se valoriza os trabalhadores dos serviços públicos e da administração pública, ou nós corremos o risco de qualquer dia termos um governo a dizer que quer melhorar os serviços públicos e não tem trabalhadores disponíveis para continuarem a receber 600, 800 ou 900 euros”, avisou. “Para termos melhores serviços públicos temos que ter melhores profissionais. Para Arménio Carlos, “os trabalhadores da função pública deviam ser mais respeitados e valorizados e a proposta que este governo apresentou no âmbito salarial é não só desrespeitadora como é destruidora da dignidade dos trabalhadores da administração pública”.

## OE2020

## Debate na especialidade antes da votação final

Quando é incerto ainda o resultado da votação final global do Orçamento do Estado para 2020, são várias as matérias em discussão na especialidade na reta final do debate. Sabe-se, para já, que o OE2020 pode vir a contemplar um aumento extraordinário de dez euros para as pensões até 1,5 do IAS (Indexante dos Apoios Sociais), o que corresponde, este ano, às pensões com valores até 658,20 euros.

A medida vai no sentido de consolidar o caminho iniciado em 2017, que, por iniciativa do PCP, permitiu que em três anos se conseguissem aumentos extraordinários de 30 euros nas pensões mais baixas. A concretizar-se esta proposta, serão abrangidos por este novo aumento de dez euros mais de 1,6 milhões de reformados e pensionistas, ainda que o governo do PS não se tenha comprometido com o timing em que vai aplicar este aumento.

De acordo com o *AbrilAbril*, o governo admite ainda ceder, parcialmente, noutra proposta do PCP. Os comunistas exigem creches gratuitas para todas as crianças até aos três anos, medida que propõem ser acompanhada da implementação de uma rede pública e nacional de creches que dê resposta à gritante falta de vagas.

O governo, admite apenas a gratuidade da creche para as crianças de famílias abrangidas pelo primeiro escalão do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS), o que pode vir a abranger cerca de 48 mil crianças.

Há um outro conjunto de matérias, como medidas para

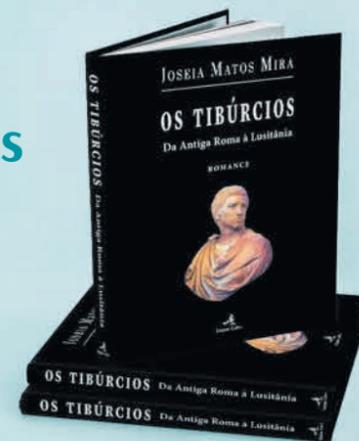
o reforço da saúde mental, propostas pelo BE, que poderão vir também a ter correspondência no OE, assim como a contratação de mais técnicos para o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), que o PEV sinaliza como determinantes.

Por outro lado, PSD, BE e PCP apresentaram propostas para baixar o IVA da eletricidade de 23% para 6%, embora com soluções diferentes para compensar o impacto fiscal da medida. Num dos países com os preços mais elevados no consumo elétrico, António Costa, confrontado com um possível acordo entre o PSD, BE e PCP, em vésperas de votação do orçamento, recusou-se a “especular”, ressaltando, contudo, que “as propostas têm boas razões para não serem aprovadas”. “O que manda o bom senso é que os partidos aprovelem e viabilizem aquilo que o Governo propôs”, concluiu.

Considerando, no entanto, “os compromissos que os outros partidos tinham assumido em matéria de IVA”, o governo diz que procura “uma posição socialmente justa e ambientalmente responsável”. Por isso, “solicitámos à União Europeia autorização para diferenciar as taxas em função do consumo”, afirmou António Costa.

O jornal *ECO* referiu que o PSD pretende a aplicação da medida a partir de julho. O BE tem a proposta “menos generosa” com uma redução faseada e o PCP pretende que a medida entre em vigor de imediato.

### A VOZ dos livros



#### *Os Tibúrcios Da Antiga Roma à Lusitânia*, de Joseia Matos Mira

Não fora as singulares idiosincrasias deste complexo País e uma escritora como Joseia Matos Mira teria, certamente, um larguíssimo número de atentos leitores, despertos para uma escrita de incontestável qualidade, que assenta o seu universo narrativo nessa matéria essencial que é a da história, remota ou contemporânea, de quantos habitam, sofrem e lutam neste rectângulo de todos os desvarios, o qual desde as origens, foi sujeito, por parte dos poderes instalados, a pratos de polé.

Séculos de monarquia boçal e corrupta, de inquisições e fogueiras regeneradoras; hiatos brevíssimos de esboços democráticos, logo dominados pela autocracia dominante; anos de desnorte republicano, com a Liberdade e a criatividade enterrados na Flandres; 48 anos de censura e crimes fascistas, período em que todos os vícios originais se refinaram até ao absurdo; a Democracia que Abril abriu, com picos de fecunda criatividade e alguma lisura respirável enquanto as forças mais conseqüentes se mantiveram à frente do processo revolucionário, até ao regresso dos filhos das sombras avoengas, com as cumplicidade conhecidas, e o capital instalou de novo os seus tentáculos, os mesmos vícios do passado, a mesma segregação, as castas possidórias no poleiro, impantes, com seus mecanismos de cerco, a dominar quase tudo.

Estamos de novo atados à atávica ignorância, agora travestida de start-ups, que abomina o ser e as humanidades e nos quer impor realidades virtuais. Modo muito modernaço de nos reduzir a robots que agitam um coração de fibra óptica e obedecem, sem pestanejar, a cibernéticas vozes de comando. Para o imprevisível futuro da nossa desumanidade, já Aldous Huxley, em 1932, nos alertava.

Neste contexto, e a singular resistência que destes fenómenos emana, tal como acontece a muitos outros escritores seus contemporâneos, a autora de *E Aniceto vem à luz*, ainda consegue manter um núcleo fiel de leitores, entre os quais me incluo, que nela admiram o verbo solto e límpido, a pertinência dos temas que aborda. Joseia pertence a um grupo, infortunadamente escasso, de autores que teimam em pensar o País e a sua realidade histórica e social e sobre ele reflectir, alheia a modismos de passagem.

Este *Os Tibúrcios*, fala-nos das nossas remotíssimas origens, através de uma segura técnica narrativa, deixando a autora, ao longo da sua arquitectura romanesca, traços impressionantes das personagens que constituem o seu corpo central: Vipsânia, Atlas, Cláudia, Antoninus de Tibur.

*Os Tibúrcios – Da Antiga Roma à Lusitânia*, de Joseia Matos Mira – Edições Colibri

Domingos Lobo

## TRABALHO

# Janeiro acaba em luta “contra propostas insultuosas”



Trabalhadores concentrados em São Bento

Centenas de serviços públicos e instituições fecharam devido à greve dos trabalhadores da Função Pública, que estão em protesto contra “propostas insultuosas do Governo” como o aumento salarial de 0,3%, lembrou a Frente Comum. “Os serviços de saúde estão nos mínimos”, afirmou à *Agência Lusa* a coordenadora da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, Ana Avoila, assegurando ter conhecimento de “centenas e centenas de serviços fechados”.

Entre os principais motivos para o protesto estava a proposta “insultuosa como a que o governo fez de aumentos de 0,3% aos trabalhadores da Administração Pública”, recordou Ana Avoila durante a conferência de imprensa realizada nessa manhã em frente ao Liceu Passos Manuel, em Lisboa. Para a representante dos trabalhadores “não há argumentos para o governo fazer o que fez durante o período da Troika” porque agora “há dinheiro” e margem para avançar com aumentos salariais que permitam, pelo menos, recuperar os congelamentos salariais.

Para além da forte chuva que se fez sentir, as ruas de Lisboa encheram-se com um rio de gente que desembocou em frente à residência oficial do primeiro-ministro. Do Marquês de Pombal, milhares de trabalhadores de todo o país caminharam em protesto até ao Palácio de São Bento. Foi o caso de Conceição Carvalho. A auxiliar de ação educativa chegou de Coimbra para exigir mais respeito pela educação. “Estou aqui porque há 24 anos que trabalho e desde que entrei foi sempre a perder vencimento e sinto-me desrespeitada”, afirmou à *A Voz do Operário*. “Sinto que não sou valorizada, independentemente de ser docente ou não docente hoje não há respeito pela educação. Há muita degradação, menos funcionários. Por exemplo, blocos de 20 salas com 300 alunos que funcionam com dois ou três funcionários e quando entrei eram quatro ou cinco”, denunciou.

Conceição explica que “felizmente” o ordenado mí-

nimo subiu nos últimos anos mas o poder de compra foi sempre a cair. “Há 24 anos conseguia juntar qualquer coisa. Hoje, não consigo. O nosso ordenado é gasto em despesas do dia-a-dia”, recordou. “Efetivamente este orçamento é insuficiente. Ao fim de dez anos que os trabalhadores da administração pública estão sem um aumento salarial, darem-nos 0,3%, ou seja, 1,91 cêntimos num ordenado de 635 euros, é brincarem connosco”.

Já Bruno Lopes, vigilante e rececionista na Casa Museu Anastácio Gonçalves, em Lisboa, decidiu participar na manifestação também para denunciar a precariedade “que vai sendo escamoteada com recurso a trabalho temporário com empresas negligenciando as necessidades permanentes”. Trabalha há 10 anos no setor da cultura e recorda que trabalha aos sábados, domingos e feriados sem qualquer compensação, sem poder estar com a família. “Temos muito mais trabalho hoje. Há mais visitantes e menos funcionários. Portanto, há mais receita e ganhamos pouco”.

Na manifestação era evidente também a presença de um largo número de professores. À *A Voz do Operário*, Catarina Teixeira explicou estar no protesto para “defender os direitos dos professores, também por mais aumentos salariais, por horários dignos e pela estabilidade do corpo docente”. Esta professora que trabalha na Santa Casa da Misericórdia denunciou a precariedade existente e os horários de trabalho. “A falta de pessoal é acentuada”, descreveu. Nesse sentido, entende que este orçamento é insuficiente. “Mais uma vez estamos a dar dinheiro aos bancos em vez de investirmos na educação e na saúde”, sublinhou.

Na ação estava também André Trindade, trabalhador da administração pública na Direção-Geral de Agricultura onde exerce como técnico superior. “Estou aqui para defender as alterações que o sindicato propõe para o Orçamento do Estado, nomeadamente os 90 euros”, explicou. Para André, 0,3% é uma proposta “ridícula”. Para além

disso, recordou o problema das carreiras. “O SIADAP impossibilita que uma pessoa que entre para a Função Pública tenha qualquer tipo de progressão. São precisos perto de cem anos para se chegar ao topo da carreira”.

## Congresso da CGTP-IN, 14 e 15 de fevereiro

O secretário-geral da CGTP, Arménio Carlos, considerou “marcante” a resposta que os trabalhadores deram ao governo com a forte adesão à greve e à manifestação nacional em Lisboa, esperando que o executivo ouça os trabalhadores.

“Esta luta é marcante do ponto de vista da resposta dos trabalhadores da administração pública”, afirmou no final da manifestação.

Arménio Carlos, que deixará de ser secretário-geral da CGTP no próximo congresso, que se vai realizar no Seixal, considerou que o seu mandato “não podia acabar melhor”, sublinhando que esta não será a sua última manifestação, pois continuará a participar nas ações de luta enquanto trabalhador.

Durante dois dias, centenas de representantes dos trabalhadores filiados em sindicatos da CGTP vão debater as orientações para os próximos anos e eleger uma nova direção.

“Enquanto continuarmos a ter injustiças e desigualdades, aqueles dirigentes que saem da CGTP em meados de fevereiro continuarão fiéis ao projeto da CGTP e a estar ao lado dos trabalhadores, seja do privado ou do público”, frisou o secretário-geral da intersindical em declarações à *Agência Lusa*.

Arménio Carlos sublinhou que este protesto foi “um exemplo de descontentamento e indignação contra uma proposta desrespeitadora dos direitos” dos trabalhadores da administração pública, defendendo ser “inaceitável” a proposta de aumentos salariais de 0,3% após dez anos sem atualização remuneratória.

## ANTIFASCISMO



Soldados soviéticos conversam com ex-prisioneiros

# O dia em que os soviéticos abriram as portas do inferno de Auschwitz

Quando passam 75 anos da libertação do campo de extermínio nazi de Auschwitz pelas tropas soviéticas, as palavras de Primo Levi parecem continuar atuais num mundo cada vez mais avesso à memória histórica: “Existem monstros, mas são demasiado poucos, em número, para serem realmente perigosos. Mais perigosos são os homens comuns, os funcionários prontos a acreditar e a agir sem fazer perguntas”.

Foi a 27 de janeiro que soldados do Exército Vermelho abriram os portões de Auschwitz, na Polónia, depois de fazerem recuar a máquina de guerra nazi num avanço que só acabaria em Berlim com a rendição incondicional dos homens de Adolf Hitler. Depois de Dachau, Sachsenhausen, Buchenwald, Flossenbürg, Mauthausen e Ravensbrück, Auschwitz foi o sétimo campo de concentração construído pelos nazis.

Os arredores da pequena cidade polaca de Oswiecim serviram de espaço para acampamentos de vários tamanhos: além do campo principal (Auschwitz I), o enorme campo de extermínio de Birkenau (Auschwitz II), onde estavam localizados os crematórios, e campos externos menores, havia ainda os campos de tra-

balho forçado de Buna e Monowitz.

Foi na primavera de 1942 que Auschwitz foi ampliado tornando-se numa máquina de extermínio sistemático. Mais de 1 milhão de pessoas, entre judeus, comunistas, homossexuais, ciganos e pessoas com deficiência, foram objeto de assassinatos de proporções inimagináveis com métodos bárbaros como os infelizmente célebres duches que não eram mais do que câmaras de gás. Para além de campos de concentração, houve outros seis complexos de extermínio como Auschwitz: Chelmno, Belzec, Sobibor, Treblinka, Majdanek e Trostenets. Entre 6 a 11 milhões de seres humanos terão sido assassinados pela barbárie nazi num processo de extermínio que ficou conhecido como Holocausto.

De acordo com uma investigação do Público, estima-se ainda que durante a 2.ª Guerra Mundial dezenas de portugueses que moravam em França foram presos, colocados em campos de internamento e deportados, posteriormente, para campos de concentração na Alemanha ou na Polónia. Alguns acabaram por ser transferidos para outros campos, na Áustria ou em França. Muitos deles estavam filiados no Partido Comunista Francês e faziam parte

das estruturas clandestinas da Resistência contra a ocupação nazi.

Foi o caso de Luiz Ferreira que, de acordo com a ficha do campo de concentração, media 1,58 metros, era louro, esguio, de olhos castanhos e não tinha todos os dentes, descreve o Público. A ficha médica indica ainda que tivera um acidente em 1925, que lhe deixara a mão esquerda danificada e que, em 1937, sofrera uma fratura na parte inferior da coxa direita, classificada como “ferimento de guerra”, o que apontava para a sua presença na Guerra Civil de Espanha (1936-1939). O nome de Luiz Ferreira aparece ainda numa lista de oito sobreviventes portugueses do campo de Buchenwald, feita pelos Aliados após a libertação.

Ainda de acordo com a investigação, Luiz começou a sua vida em França, sozinho, não se sabe exactamente em que ano, mas em 1932, conforme escreveu numa das notas deixadas à sobrinha, “já militava” no Partido Comunista Francês. Foi sindicalista até morrer, em 1991. Em 1936, partiu como voluntário para a Guerra Civil de Espanha e por lá ficou até 1938, usando o nome de código Simon. Nas notas que deixou a Amélia, uma foi colocada junto à fotografia do Coronel

Fabien (Pierre Georges), morto em 1944 na frente da Alsácia, com a indicação: “Foi combatente comigo na 12.ª Brigada (Madrid 1938).”

O Público refere ainda outra portuguesa que participou na Resistência. Mariette Barbosa tinha apenas 17 anos quando a guerra rebentou, mas em 1944 a jovem portuguesa de 22 anos, que residia, então, em Saint-Fons, estava já envolvida no combate ao nazismo. Foi detida e encarcerada em vários campos de concentração.

As atrocidades cometidas nos campos de concentração e extermínio chocaram os soldados soviéticos que conseguiram chegar a Auschwitz depois de conseguirem sustentar a forte ofensiva alemã. Para se ter em conta a dimensão do peso do Exército Vermelho na derrota do nazismo, na União Soviética, a Alemanha perdeu não menos de 10 do total de 13,5 milhões de soldados mortos, feridos ou prisioneiros durante toda a guerra. Os soviéticos foram responsáveis por 90% dos alemães que morreram durante a 2.ª Guerra Mundial.

## Invasores e libertadores não são iguais

A Federação Internacional de Resistentes (FIR), organização que reúne estruturas de vários países de sobreviventes das perseguições fascistas e de combatentes contra a barbárie nazi e todos os antifascistas e suas organizações, incluindo a União dos Resistentes Antifascistas Portugueses (URAP), divulgou uma nota em que critica e rejeita uma resolução aprovada em setembro pelo Parlamento Europeu (PE) que equipara e condena o nazifascismo e o comunismo. A iniciativa foi apresentada por iniciativa dos países bálticos (Estónia, Letónia e Lituânia) e da Polónia. O texto da resolução, considera a FIR, é “uma reminiscência ideológica dos piores tempos da Guerra Fria”, que falsifica as causas da II Guerra Mundial e confunde “opressores e oprimidos, carrascos e vítimas, invasores e libertadores”. A FIR e as organizações que a compõem “dizem não a tais falsificações históricas”, num momento em que “há um crescente perigo de fascismo, racismo e nacionalismo”. Nesta declaração, a estrutura europeia com associações em mais de 20 países da Europa e em Israel, evocou as palavras do escritor Thomas Mann, Prémio Nobel da Literatura, que avisou em 1945: “Colocar o comunismo russo no mesmo plano moral do nazi-fascismo, porque ambos são totalitários, é, na melhor das hipóteses, superficial e, na pior, fascismo. Quem insiste nesta equiparação pode considerar-se um democrata mas, na verdade e no fundo do seu coração, já é um fascista e certamente combaterá o fascismo sem sinceridade e com hipocrisia, deixando todo o seu ódio para o comunismo”.

## CINEMA



Henrique Espírito Santo (1931-2020)

# Uma Vida Conspirada

Sérgio Dias Branco, professor universitário

A história do cinema português tem sido escrita com ausências que fazem esquecer a sua dimensão colaborativa. A arte do cinema nasce do esforço colectivo. Henrique Espírito Santo soube isso como poucos e essa consciência fez dele uma figura marcante.

A sua ligação ao cinema começou na década de 1950, no movimento cineclubista. Foi dirigente do cineclubes Imagem entre 1954 e 1970. Os seus textos críticos para jornais diários e revistas como a *Seara Nova* e a *Vértice* prolongaram o trabalho de divulgação e discussão desses espaços. Os cineclubes eram lugares de liberdade e luta antifascista. “O cineclubismo foi o grande movimento cultural de massas antes do 25 de Abril”, lembrava ele. Para ele, os cineclubes continuam a ter um papel fundamental a desempenhar. Afirmou isso há seis anos, quando foi homenageado no Fantasporto, em forma de apelo: “Os cineclubes continuam, há uma federação, e é preciso

que estejam atentos e lutem ao lado dos cineastas, das associações de realizadores, das associações de produtores, de técnicos, porque estamos de novo numa situação difícil.” Uma situação difícil que permanece.

Tinha-se tornado militante do Partido Comunista Português (PCP) em 1957. Em 1963, foi preso pela PIDE e condenado sob a acusação de *animus conspirandi*, por actividades ligadas ao sector de espectáculos do PCP. Esteve encarcerado mais de um ano. Foi acusado de ser conspirador e era-o. Foi-o sempre. Se ser conspirador é um crime, foi um crime de uma vida.

Em 1966, tornou-se profissional de cinema. Trabalhou com José Fonseca e Costa na Unifilme, criada em 1967. Entre 1972 e 73, esteve associado ao Centro Português de Cinema, financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian, que impulsionou o Novo Cinema Português, movimento de ruptura estética, cultural e social. Fundou a Cinequanon em 1974, com o director de fotografia Elso Roque, entre outros, e a Prole Filme em 1976, com o realizador

Luís Filipe Rocha. Embora tivesse trabalhado como actor, foi na produção que construiu uma carreira.

Depois da Revolução de Abril, fez parte do Núcleo de Produção do Instituto Português de Cinema. Integrou o Colectivo dos Trabalhadores da Actividade Cinematográfica que filmou *As Armas e o Povo*, entre 25 de Abril e o 1.º de Maio de 1974. Foi membro da Célula do Cinema do PCP, que produziu o mordaz *As Desventuras do Drácula Von Barreto nas Terras da Reforma Agrária* (1977). Nele desempenhou o papel da personagem do título, inspirada em António Barreto, Ministro da Agricultura e Pescas do Partido Socialista, destruidor do processo libertador da Reforma Agrária.

Entre 1978 e 1980, foi professor de produção na Escola de Cinema do Conservatório e em Angola. O caderno *Produção de Filmes* resultou destas aulas. O seu trabalho de formação profissional na área da produção marcou profundamente o cinema português. O seu percurso como director de produção começou em 1971, com *O Recado* de Fonseca e Costa. Entre os filmes cuja produção dirigiu contam-se peças centrais do cinema português como *A Promessa* (1972) de António de Macedo, primeiro filme português seleccionado para o Festival de Cannes, *Jaime* (1974) de António Reis, *Benilde ou a Virgem-Mãe* (1975) e *Amor de Perdição* (1979) de Manoel de Oliveira, e *O Bobo* (1987) de José Álvaro Morais, primeiro filme português premiado no Festival de Locarno. Trabalhou ainda com outros cineastas notáveis como João César Monteiro, Margarida Gil, João Mário Grilo, Solveig Nordlund, Alberto Seixas Santos, e Jorge Silva Melo. O documentário *Até Amanhã, Henrique!*, realizado em 2017 por Miguel Cardoso, fixa o essencial dessa história que se confunde com a do cinema português.

A sua dedicação foi reconhecida com um prémio da Academia Portuguesa de Cinema em 2014 e um ciclo e catálogo da Cinemateca Portuguesa - Museu do Cinema em 2016. O seu nome é incontornável porque ele não contornou dificuldades, nem cultivou amarguras. Defendeu o cumprimento do dever social do estado no financiamento da cultura, permitindo o risco da criação e garantindo a diversidade de opções estéticas. Teve a coragem de um conspirador generoso e solidário por outra sociedade, livre da vampirização humana, empenhado na cultura como campo humanista de convivências.

## Sugestões culturais:

Novas edições do marxismo-leninismo  
Edições Avante!



No ano em que se comemoram os 200 anos de Engels e os 150 anos de Lênine, editam-se e reeditam-se obras fundamentais para o estudo e difusão do pensamento socialista. É de destacar a edição inédita, com tradução de José Barata-Moura, da obra *Anti-Dühring* que, nas palavras de Lênine, é uma das obras onde o pensamento de Marx e Engels é exposto com «maior clareza e pormenor».

Coro do Teatro Nacional de São Carlos  
CCB - 9 fev.



A *Sinfonia n.º 9* em Ré Menor de Anton Bruckner (1824-1896) é levada ao Grande Auditório do CCB. Bruckner deixou incompleta esta monumental obra, estreada postumamente em Viena em 1903. Parece ter sido o próprio compositor, temendo não conseguir terminar a obra (dedicada «ao amado Deus»), a sugerir o uso do seu próprio *Te deum* como *finale*.

Pastéis de nata para Bach  
Teatro Joaquim Benite - 22, 23 e 25 fev.



À luz das velas, comendo nozes, empunhando uma caneta de pena que é também uma batuta, Bach compõe a sua *Cantata BMW 147*, uma música que torna religiosa até mesmo uma pedra muito surda e teimosa – uma música que parece mesmo que está à procura e que parece mesmo que faz perguntas! Bach (1685-1750) é considerado “o Shakespear da música clássica”.

Jean Grémillon – O Outro Gigante  
Cinemateca - fev.



Em fevereiro, a Cinemateca apresenta uma retrospectiva da obra de Jean Grémillon (1901-59), um dos grandes nomes do cinema francês clássico, mas também um cineasta maldito, que teve vários projetos frustrados, sem nunca ter sido reconhecido que merecia, apesar da admiração de críticos, historiadores e colegas.

## SOCIEDADE

# Mulheres voltam às ruas em março

Fátima Amaral

A Manifestação Nacional de Mulheres, no dia 8 de Março, promovida pelo Movimento Democrático de Mulheres (MDM) a partir dos Restauradores, em Lisboa, vai ser a grande ação de rua, em Lisboa, onde têm lugar todas as mulheres trabalhadoras, desempregadas, reformadas, estudantes, portuguesas e imigrantes dispostas a lutar e reivindicar os seus direitos, a celebrar e a demonstrar solidariedade com a luta das mulheres no mundo inteiro e pela paz.

Na Manifestação Nacional de Mulheres, no dia 8 de Março, têm lugar mulheres ligadas ao associativismo e às artes ou à ciência, autarcas dispostas a mostrar que o seu contributo é indispensável ao progresso da sociedade.

O Dia Internacional da Mulher é uma data histórica proclamada em 1910, por proposta de Clara Zetkin. O 8 de Março permanece como símbolo da luta emancipadora das mulheres que as une e congrega na defesa dos seus direitos, da dignidade e da igualdade.

O MDM comemora o 8 de Março para homenagear e celebrar e reforçar a convergência das mulheres na intervenção contra as desigualdades, violências e discriminações que as afectam na família, no trabalho e na esfera social, política e social.

A força da unidade das mulheres em defesa dos seus direitos e pela paz no mundo é o que vai estar bem presente em todo o percurso da manifestação. O MDM apela ainda às mulheres que querem combater as desigualdades e discriminações, as injustiças, as violências e as guerras para que venham para a rua no dia 8 de Março. É um dia de convívio e luta por motivos como o direito ao trabalho, contra a precariedade e as discriminações, pelo aumento geral dos salários



mas também o direito à maternidade-paternidade, sem penalizações. Outra das nossas reivindicações é a redução do horário de trabalho e a luta contra os horários desregulados. As mulheres vão estar na rua ainda pelo aumento digno das reformas e pensões, pela garantia de serviços públicos em igualdade e de qualidade, na educação, na saúde, na segurança social, na justiça e nos transportes. As políticas de prevenção e combate à violência doméstica são também desde sempre bandeira do MDM assim como o reconhecimento de que a prostituição é uma exploração e uma grave forma de violência.

## Pela imprensa

Com o título Sociedade A Voz do Operário, escreve o nosso presado collega Jornal Portuguez, do Rio de Janeiro:

“Em 11 de outubro de 1879 fundava-se em Lisboa o brilhante órgão *A Voz do Operário*, que é hoje o porta-estandarte do movimento operário portuguez”.

“Contar o que tem sido a carreira triunfante do bem redigido semanário é tarefa desnecessária, pois todos o conhecem e apreciam. Desde os tempos da monarquia até já a nossa republica, *A Voz* tem sido olhada com respeito por todos os homens que se interessam pelo evoluir da classe operaria, prestando-lhe em varias emergencias o melhor dos seus incentivos.

“Assim sendo, *A Voz* este anno comemorou brilhantemente o seu aniversario, recebendo innumeras saudações.

“Do seu numero commorativo extrahimos uns trechos do artigo de fundo devido á pena do nosso antigo companheiro José Fernandes Alves, vigoroso jornalista e intemerato luctador, que ha uns bons annos dá o valor da sua brilhante pena ao bem redigido jornal.”

## Vida cara

Dizia um collega parecer que a vida em Paris deveria ser mais cara do que em Portugal.

A França foi invadida e nós não fomos; a França teve ocupados pelos allemães, durante quatro annos, dez dos seus mais ricos departamentos, e nós não tivemos o inimigo de portas a dentro. A França mobilizou uns poucos de milhões de homens, e nós apenas uns escassos 100:000.

A França perdeu, em mortos e feridos, muitas centenas de milhares e nós uma escassa centena. Pois muito bem. A vida em Paris é muito mais barata do que em Lisboa, e os homens que em Paris se dedicam a viver dando de comer aos outros, não o fazem perdendo dinheiro. Nos restaurants populares, que valem, como installação, os nossos restaurants considerados de luxo, faz-se um jantar por dois francos, ou seja, ao par, desoito vintens, com este menú: uma sopa ou hors-d'oeuvre, um prato de carne guarnecida, legumes, uma sobremesa e 100 grammas de pão. Querendo molhar a comida, paga-se uma garrafa de vinho, ou seja, 7 decilitros, por 140 réis. Esta refeição custava, antes da guerra, um franco e vinte, ou sejam doze vintens e meio.

Com isto morre-se de fome em Portugal.

6 de fevereiro de 1920

PUBLICIDADE

## JANTAR 137.º ANIVERSÁRIO



### A VOZ DO OPERÁRIO

29 FEV.  
20H

A VOZ DO OPERÁRIO

Preço geral 10€ | alunos e trabalhadores 5€

Inscrições: [sofiacruz@vozoperario.pt](mailto:sofiacruz@vozoperario.pt) ou 218862155

Rua Voz do Operário 13

218 862 155

facebook.com/avozdoperario